

“CULTURA TERRITORIAL E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA”, DE VALENTÍN CABERO DIÉGUEZ.

LAURA FREIRE ESTEVEZ

LUCAS CÉSAR SANT’ANA

MATHEUS APARECIDO GODOY RIBEIRO

Introdução

É no fim do século XIX e início do século XX que estudiosos como Eliseé Reclus ou P. Kropotkin começam a discutir sobre a cultura territorial e a ética da relação com a natureza, sob a ótica do mundo globalizado que se impõe, e que torna indispensável a preocupação com o meio ambiente e com as paisagens naturais e culturais, tudo devido ao descaso e a destruição que ocorre no Planeta de forma geral.

No meio científico e político é possível encontrar exemplos de consciência promíscua, bem adaptados e considerados paradigmas de uso sustentável. Em contrapartida, outros exemplos valiosos de sustentabilidade histórica e boas práticas também podem ser encontrados.

Os princípios que acompanham o desenvolvimento sustentável implicam na aceitação individual e coletiva de novas ações éticas e culturais nas relações que todos mantêm com o meio. E vai além, a revitalização das boas práticas na gestão dos recursos naturais, e a interação do consenso social entre os atores responsáveis e os habitantes diretamente afetados.

A ameaça crescente dos processos de privatização dos recursos vitais e a pressão exercida sobre as reservas naturais mais frágeis nos distanciam dos princípios de desenvolvimento sustentável e da cultura territorial.

Ensaio e análises de ontem: recuperação e valor atual

As leituras de Eliseé Reclus, que trata muito bem das relações e interações do homem com a natureza, forçam a pensar, amar e respeitar o equilíbrio instável dos processos naturais, ao mesmo tempo em que suas leituras se convertem em uma força política de luta pelo fim da exploração. O conhecimento do meio geográfico desde a perspectiva epistemológica da complexidade e da diversidade, e a adoção de uma cultura territorial coerente e respeitosa está a favor da fraternidade universal.

As propostas sobre a conciliação da vida rural com a urbana, assim como as denúncias quanto ao descaso com os recursos naturais podem qualificar-se como pioneiros na questão ecológica. O ponto a ser destacado quanto aos problemas ambientais é que deve ser contemplados desde a dimensão social, estética e criativa do homem. São ações importantes: ler, escrever, enfim, envolver-se com as questões ambientais e com a natureza.

As interrogações de hoje, sem resposta cívica e política

As dúvidas que têm surgido atualmente são análogas as dos nossos antepassados, tanto as perguntas sobre o meio ambiente quanto as sobre políticas ecológicas, e as respostas adequadas não são encontradas para explicar as conseqüências da transformação da Terra e da natureza por parte do homem.

Em meados de 1970 as questões ambientais alcançam um ritmo intenso, e de forma devastadora põe o enfoque nas atividades econômicas do homem. Já na atual fase da globalização surge nas discussões de sustentabilidade e de gravidade dos problemas

do meio ambiente a ênfase sobre a emissão de gases, a conservação da biodiversidade ou a regulação dos usos da terra com o intuito de prevenir e lutar contra o desflorestamento ou a desertificação.

Desigualdades territoriais, vulnerabilidade ambiental e novas redes de ação.

As culturas locais aparecem como alternativa conceitual frente aos valores universais e como uma forma de resistência aos processos de globalização. O fascínio pelas culturas locais e pelas políticas do lugar, pela construção e desenvolvimento local reforçam a criação de lugares bons que expressam formas de adaptação de gêneros de vida e de relações humanas, que marcam o desenvolvimento sustentável.

O território vivo passa a ser a expressão das desigualdades e das diferenças, e locais de maior ou menor variabilidade frente aos riscos do meio ambiente. Esses espaços aparecem com humildade frente às forças da natureza. E as respostas para as catástrofes ambientais devem se apoiar nos cuidados com o manejo dos recursos naturais, assim como a criação de redes e de alianças, que juntas fortaleçam a reconstrução das relações sociais e dos modos de produção e consumo (Harvey, 2003).

Uma discussão acerca das políticas territoriais e ecológicas na UE (União Européia)

As discussões sobre a relação homem-meio ocorrem, entretanto não acontecem ações com força suficiente para penetrar sobre as atividades econômicas e empresariais, com relação às questões ambientais. Frente a essa dificuldade, surgem diversas propostas e modelos de ação que apresentam êxitos diferentes na superação desses problemas.

Devido ao caráter geral e integrador Valentin valoriza a denominada ETE, Estratégia Territorial Européia, que realiza um desenvolvimento equilibrado e sustentável sobre o território da União Européia, que junto ao enfoque territorial das políticas incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável redigido no Informe Brundtland das Nações Unidas, bem difundido e conhecido por todos. Esse Informe defende harmonizar as exigências sociais e econômicas com o desenvolvimento das funções ecológicas e culturais do território, mantendo na escala local e regional a biodiversidade e invertendo a tendência ao abandono e a destruição do patrimônio cultural.

A proposta da ETE se concretiza nas estratégias de trabalho conjuntas, que apresenta 4 pilares, são eles:

- A conservação e o desenvolvimento do patrimônio natural;
- a gestão dos recursos hídricos aparece como um desafio particular e coletivo para o desenvolvimento territorial;
- a gestão das paisagens é também um desafio coletivo;
- a gestão criativa do patrimônio cultural, bem integrada as condições ambientais.

Um recurso vital e uma nova cultura da água em escala global, regional e local.

O manejo dos recursos hídricos merece uma atenção especial, devido a escassez de água doce em um mundo em que 1.100 milhões de pessoas não tem acesso a água potável.

A problemática entre interesses e conflitos em escala local e regional, tem tido bons exemplos em que obras públicas cuja presença na paisagem e na vida rural e urbana tem se convertido com o passar do tempo em símbolos de patrimônio ecológico e cultural. Cada vez mais a natureza se mostra devastadora levando consigo muitas vidas humanas. O problema se intensifica em locais ocupados por moradias irregularmente por meio de desbarrancamentos de encostas.

Neste contexto surge na Espanha uma nova cultura de gestão da água sustentável e solidária, contemplando uma perspectiva essencialmente ibérica. Resultado de uma mudança de interesses, buscando suprir a escassez de água e a demanda de solos frágeis. O antigo modelo tradicional adquire um perfil que privilegia os interesses econômicos e com enfoques produtivos.

A Nova Cultura da Água se toma um impulso intelectual com J. Martínez Gil e P. Arrojo e se estende por toda Europa, transformando-se em uma verdadeira *marcha azul* de caráter cívico, recebendo apoio da Comunidade Européia e da comunidade científica.

A água tem uma função vital nos fluxos da natureza e na sobrevivência da sociedade, uma vez que essa é um elemento geoestratégico de primeira magnitude que afeta diretamente as relações territoriais e os conflitos sociais.

Na raia divisória espanho-lusa, os recursos hídricos dos rios Miño, Limia, Manzanás, Duertos, Erjas, Tajo e Guardiana, juntamente com seus afluentes mostram um caráter estratégico e geopolítico, uma vez que demarcam as fronteiras e seus vales fornecem maior parte de água para abastecimento para Portugal, sendo assim, necessário a criação de acordos bilaterais entre Espanha e Portugal.

As relações através de políticas públicas por meio da UE, está ajudando a construir uma cultura de cooperação em escala regional e local, diminuindo assim os conflitos. Dando assim uma nova visão sobre a utilização da água, com uma perspectiva ecológica, econômica e cultural. Devemos lembrar do *Convenio de Cooperação das Águas das Bacias Hidrográficas Espanho – Portuguesas* firmado em Albufeira (Portugal), assumindo princípios de desenvolvimento sustentável e as recomendações e objetivos da Directiva Marco del Água, avançando tanto na elaboração conjunta de planos únicos para as bacias hidrográficas que terão termino em 2015.

O redescobrimento do significado ambiental e territorial dos espaços montanhês

Desde muito tempo, já se dizia que a montanha, constituía um dos principais cenários de nossa biosfera, mas somente pelo fato de que era lá que se encontravam grande parte dos minerais mais preciosos, e os chamados recursos não renováveis tais como minerais metálicos e carbono fósseis, hoje já explorados, e uma grande parte já esgotados. Hoje já há uma consciência e um redescobrimento sobre sua real importância, principalmente em desempenhar um papel de extrema importância na vida ambiental e econômica do planeta.

Este redescobrimento da importância das áreas de montanha, resultou no Ano Internacional das Montanhas das Nações Unidas, no ano de 2002, onde as propostas

eram de prever e deter desastres ambientais bem como promover ações destinadas ao desenvolvimento sustentável das regiões de montanhas.

Nos últimos anos, a União Européia tem se referido a políticas para correção de problemas em área de montanha, porém grande parte dessas políticas não teve um resultado efetivo. A verdadeira política de desenvolvimento rural em regiões de montanha, começa com o contraponto à PAC e com a iniciativa comunitária LEADER. As Ajudas da PAC, que se iniciaram no ano de 1992, só contribuíram para a desigualdade territorial, onde existia um favorecimento explícito dos agricultores de llanos; onde as comunidades que vivem nas montanhas eram deixadas em segundo plano.

Na Península Ibérica as montanhas desempenham modelos vitais para a garantia do bem-estar. As montanhas no caso específico da Espanha, interagem ecologicamente e socialmente com as planícies pelo princípio da complementaridade não encontrados hoje, mas que ficaram gravados na paisagem e na vida econômica deste país, porém encontra-se muito alterada, principalmente por interesse econômicos.

As montanhas espanholas ainda não superaram as crises sociais e econômicas motivadas pelo êxodo e o modelo de ocupação tradicional, acentuado ainda mais pela baixa densidade de população, o que dificulta uma boa gestão e aproveitamento dessas áreas.

A Lei de Agricultura de Montanha de 1982, provocou inicialmente um euforismo na vida dos habitantes das regiões de montanhas, porém seus objetivos de desenvolvimento integrado e sustentável não foram cumpridos.

Outra política efetuada foi o Programa de Ordenamento e Promoção, bem visto metodologicamente, mas que na prática não passou da fase de diagnósticos. Outros programas como as Associações de Montanha, de âmbito local, se embasaram em projetos de desenvolvimento rural já desenvolvidos pelas políticas da União Européia (LEADER, 1992).

As montanhas configuram recortes específicos onde o modelo Alpino é o que foi imposto como símbolo e representação das montanhas. Hoje este modelo alpino foi substituído pelos modelos de montanha mais variados e mais próximos à realidade regional, como a montanha mediterrânea, a montanha tropical ou intertropical, que configuram ambientes muito frágeis onde o desmatamento e os incêndios podem acentuar sua degradação.

Os problemas ambientais das montanhas não podem ser analisados de forma desconjunta com a globalização e a utilização abusiva de seus recursos naturais. A associação Euromontana¹ tem chamado a atenção dos representantes políticos dizendo que qualquer excesso de exploração ou um grande abandono das atividades humanas põe em risco o equilíbrio deste território.

Por fim, a consciência ecológica deve enfatizar três abordagens estritamente ligadas à gestão e conservação desse meio montanhês: primeiro, as montanhas como nascentes e cabeceiras de drenagens da rede fluvial, tão importante para a manutenção da vida; segundo, as montanhas se configuram como espaço natural e cultural de grande diversidade de povos e países onde deve haver o princípio de cooperação transfronteiriça para gestão das águas e manejo dos recursos vitais; terceiro, são nas áreas de montanhas que as ameaças e os desastres naturais provocados pela ação direta do homem bem como pelas mudanças climáticas, assumem uma direção catastrófica em

¹ Associação que agrupa representantes de populações de montanhas européias.

vista a fragilidade do meio natural montanhês onde o conhecimento científico é insuficiente e a projeção e controle destes riscos devem ser adicionados aos projetos já tomados e encaminhados pelas Nações Unidas.

Conclusão

O homem é um grande agente modificador da superfície terrestre, e suas ações repercutem em todas as escalas. Os problemas ambientais têm ocupado grande destaque nas discussões dentro da sociedade.

O trabalho apresenta idéias pertinentes a criação de uma cultura de desenvolvimento sustentável, respaldadas por políticas públicas de âmbito local, regional e global, pois os recursos naturais têm influência de micro a macro escala.

O autor defende que as políticas de desenvolvimento sustentável não devem resumir somente a uma abordagem ambiental, mas também social, visto que o homem, antes de se preocupar com a extinção de uma espécie animal ou vegetal, ele irá se preocupar com a sua própria sobrevivência. Não há desenvolvimento sustentável onde há desigualdade social.

Muitas das políticas de desenvolvimento sustentável não deram certo. Tais políticas são implantadas sem levarem em conta as necessidades locais, as características culturais, ambientais etc. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável devem ser implantadas em nível transfronteiriço, pois os recursos naturais não se restringem as fronteiras políticas e sim aos seus limites naturais.

Na preocupação com a escassez, exploração e destruição dos recursos naturais, o autor defende idéias com tom catastrófico sobre problemas ambientais. Algumas das catástrofes advertidas pelo autor poderiam ser evitadas com um planejamento adequado. Dois exemplos de mau planejamento é a ocupação de encostas íngremes pelo homem e o zoneamento não adequado da costa mediterrânea.

Por mais catastróficas que possam ser as previsões de desastres ambientais, elas devem ser consideradas no planejamento, vista que tal abordagem, causa um grande impacto dentro da sociedade, facilitando a formação de uma consciência ambiental entre a população, modificando seus costumes

Para apoiar as atividades de ensino, o Programa conta com uma sala especial de estudos, equipada com microcomputadores, com laboratórios de Geoprocessamento, Sedimentologia, Paleontologia, Geografia Física, Geografia Humana, Petrografia e com a Estação Climatológica Principal do Monte.

Objetivos Principais do Curso:

- Formar pessoal qualificado para o exercício de atividades ligadas à docência e à pesquisa, na área de Análise Ambiental e Análise Regional;
- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico da realidade geográfica;
- Contribuir com subsídios à elaboração de projetos relativos a políticas de desenvolvimento regional.